

**PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS URGENTES, PARA ANIMAIS ABANDONADOS E ERRANTES DO
MUNICÍPIO DE MACHICO, EM REGIME DE CONTRATO CONTÍNUO**

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 — O presente caderno de encargos (C.E.) compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação de serviços médicos veterinários, em regime contínuo, no âmbito de intervenções urgentes e demais tratamentos que se tornem necessários, de acordo com a lista em anexo, para os animais errantes ou abandonados recolhidos no concelho de Machico.

2 — O presente procedimento fixa os preços unitários da listagem de serviço sdescrita no Anexo I do Caderno de Encargos a serem prestados, eventualmente, mediante as necessidades do Município de Machico.

3 — As eventuais referências a marcas, de materiais, de produtos, de equipamentos ou Entidades Certificadoras são apresentadas a título meramente indicativo do nível de qualidade pretendido, devendo entender-se como associadas ao termo “ou equivalente”.

4 — Conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), o procedimento insere-se na categoria 85200000-1, Serviços de veterinária.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo da Prestação do Serviço

1 — O contrato iniciar-se-á na data de assinatura do contrato e manter-se-á em vigor até ao dia 31/12/2024, de acordo com as necessidades do município, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, podendo a sua duração ser inferior, caso o preço contratual seja atingido.

2 — A prestação de serviços será executada gradualmente e de acordo com as necessidades da entidade adjudicante.

3 — O contrato extingue-se atingido o seu termo ou preço contratual.

4 — Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o preço contratual o prazo de

execução pode ser prorrogado por iniciativa do contratante público.

5 — Caso tenha atingido o termo referido no número um e não seja atingido o preço contratual o cocontratante não terá direito a qualquer indemnização.

Cláusula 4.ª

Local da Prestação do Serviço

O contrato será executado, nas instalações da sua clínica veterinária do adjudicatário, de acordo com as especificações técnicas definidas no anexo I ao presente caderno de encargos.

Capítulo II

Obrigações das partes

Subcapítulo I

Obrigações principais do adjudicatário

Cláusula 5.ª

Obrigações do Adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário a execução dos serviços nos seguintes termos:

- a) Executar o serviço de acordo com as especificações técnicas definidas no Anexo I do presente caderno de encargos;
- b) Executar um serviço de qualidade, em conformidade com o conteúdo do presente Caderno de Encargos e da respetiva proposta;
- c) Executar o serviço que lhe for adjudicado, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- d) Prestar as informações que forem solicitadas pela Câmara Municipal;
- e) Realizar os serviços enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratualizados;
- f) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;

- g) Nomear um técnico que represente o adjudicatário em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante representada pelo gestor de contrato e o adjudicatário.
- h) Comunicar ao Município de Machico quais os responsáveis pela prestação dos serviços, nomeadamente o corpo clínico.
- i) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- j) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento do contrato;
- k) Respeitar as normas aplicáveis em vigor, em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

2 —A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e equipamentos técnicos que sejam necessários e adequados à prestação de serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 — O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria.

Cláusula 6.ª

Atualizações Jurídico-Comerciais

1 – O adjudicatário deve comunicar ao Município de Machico, através da figura do Gestor de Contrato, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:

- a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
- b) A sua denominação e sede social;
- c) A sua situação jurídica;
- d) A sua situação comercial.

2 – O adjudicatário obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Cláusula 7.ª

Recursos Humanos

1 — São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal por si utilizado na execução dos trabalhos, à sua aptidão profissional, à disciplina, à sua conduta, ao seu comportamento moral e à sua responsabilidade civil.

2 — Os trabalhadores da empresa devem apresentar-se uniformemente equipados e devidamente identificados.

3 — O Adjudicatário obriga-se a ter ao seu serviço, pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional onde se inclui o conhecimento dos procedimentos a adotar para garantir a limpeza adequada das locais conforme definido neste caderno de encargos.

Cláusula 8ª

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1— O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado nesta prestação de serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.

2 — O Adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e segurança do pessoal empregado nesta prestação de serviços e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 — Em caso de negligência do prestador de serviços no cumprimento das obrigações estabelecidas a fiscalização poderá tomar, à custa dele as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do Adjudicatário.

4 — O Adjudicatário apresentará, antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que a fiscalização o exigir, apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal.

5 — Das apólices constará uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão da prestação de serviços e ainda que, em caso de impossibilidade de tal cumprir

por denegação no decurso desse prazo, a sua validade só terminará 30 dias depois de ter feito à Câmara Municipal de Machico a respetiva comunicação.

6 — O Adjudicatário deverá respeitar o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde, nomeadamente no que respeita à coordenação em matéria de segurança e saúde. Se o prestador de serviços não der cumprimento ao disposto na referida legislação o Município de Machico tem o direito de rescindir o contrato.

Clausula 9.ª

Aceitação dos serviços

Efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiros por ele designado, sempre que a entenda necessário procede a inspeção quantitativa e qualitativa dos serviços prestados, no sentido de verificar a sua conformidade e proceder a sua aceitação

Cláusula 10.ª

Dever de sigilo

1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, ou outra, relativa ao Município de Machico, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação por qualquer causa do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança

devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1 —São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, durante a execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2 — Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.

Cláusula 13.^a

Conformidade e Garantia Técnica

1 — O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações às exigências legais, aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

2 — O Objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

Cláusula 14.^a

Seguros

1 — É da responsabilidade do adjudicatário todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar a prestação do serviço objeto do presente contrato devendo recorrer à cobertura, através de contratos de seguros dos seguintes riscos:

- A obrigação de indemnizar terceiros;
- Responsabilidade Civil;
- Relativos à vida, à saúde e à integridade física das pessoas a seu cargo.

2 — O Município de Machico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la dentro do prazo indicado.

Cláusula 15.^a

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

1— O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Primeira Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2 — Os dados pessoais a que a Segunda Outorgante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da Primeira Outorgante.

3 — O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Primeira Outorgante.

4 — No caso em que a Segunda Outorgante seja autorizada pela Primeira Outorgante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5 — O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a Segunda Outorgante celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6 — O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Primeira Outorgante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Primeira Outorgante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7 — O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Primeira Outorgante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8 — Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à Segunda Outorgante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a Segunda Outorgante e o referido colaborador.

9 — A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Subcapítulo II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 16.^a

Obrigações da Entidade Adjudicante

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

- a) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;

- b) Facultar toda a informação relativa aos serviços prestados ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado;
- c) Pagar ao Adjudicatário o preço contratual, nas condições estabelecidas no contrato a celebrar;
- d) Respeitar a legislação aplicável, nomeadamente a legislação ambiental, de segurança bem como os procedimentos que sejam comunicados e exigidos pelo adjudicatário na utilização das suas instalações;
- e) Designar o gestor do contrato;
- f) Monitorizar a execução do contrato;
- g) Aplicação das devidas sanções contratuais em caso de incumprimento, quando aplicável

Cláusula 17.ª

Preço base

- 1 — Para efeitos de definição do preço base foi considerado os custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos com base no número de intervenções urgentes ocorridas no ano transato e a estimativa de consumo apresentada pelos serviços do abrigo municipal.
- 2 — O preço base sendo entendido como o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela totalidade prestação do serviço objeto, no presente procedimento é de **70.000,00 €** (setenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 3 — Adotando o contrato a modalidade de fornecimento contínuo, a cada pedido de fornecimento deverá corresponder uma fatura.

Cláusula 18.ª

Preço contratual

- 1 — Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Machico deve pagar ao adjudicatário o preço resultante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 — O preço referido na cláusula anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja

responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Machico, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 — O preço contratual deverá ser mantido durante todo o período de vigência do contrato.

4 — O adjudicatário deverá manter a proposta de preços unitários para todas as intervenções médicas listadas no Anexo I do presente Caderno de Encargos.

5 — O prazo contratual sobrepor-se-á ao preço contratual sendo que, caso o montante global da adjudicação não seja esgotado, não terá o adjudicatário direito a qualquer indemnização por tal facto.

6 — No caso de haver necessidade de adquirir outros serviços da mesma natureza dos contratados, mas não listados no procedimento, deverá o Adjudicatário, a pedido do gestor do contrato, apresentar orçamento para o efeito sendo o mesmo sujeito a aprovação por parte do gestor do contrato.

7 — No caso previsto no n.º anterior, o valor da eventual prestação de serviços será descontado ao valor global do contrato, não aumentando aquele valor.

8 — Caso o Município de Machico venha a ser demandado por ter infringido, quaisquer direitos referentes à utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, o adjudicatário indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, tenha e de todas as quantias que tenha de pagar a título de indemnização.

Cláusula 19.ª

Revisão de preços

Os valores apresentados na proposta do concorrente vigorarão até ao fim do contrato

Cláusula 20ª

Condições de pagamento

1 — As quantias devidas pelo Município de Machico nos termos da cláusula anterior serão processadas e pagas de acordo com as disposições legais que regulamentam a realização e processamento de despesas na Administração Pública Local.

2 — Para os efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas com a prestação do serviço

requisitado.

3 — Adotando o contrato a modalidade de fornecimento contínuo, a cada pedido de fornecimento deverá corresponder uma fatura.

4 — Em caso de discordância por parte do Município de Machico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura.

5 — Não são admitidos adiantamentos por conta dos serviços a efetuar.

Cláusula 21^a

Faturação

1 — A fatura do objeto do contrato deverá ser emitida de acordo com as solicitações da entidade adjudicante e após a execução dos trabalhos e a aceitação da mesma por parte dos respetivos serviços municipais responsáveis.

2 — As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Machico, NIF 511 239 440, sito no Largo do Município, 9200-099 Machico, e remetidas para a solução adotada pelo Município de Machico, a plataforma EDI iLink, acessível em <https://www.ilink.pt.>, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo especificar:

- a) N.º compromisso;
- b) Descrição dos serviços;
- c) Preços unitários;
- d) Taxa de IVA aplicável;
- e) Valor total da fatura: valor sem IVA e valor com IVA.

3 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 22.^a

Controlo e Fiscalização

1 — A entidade Adjudicante reserva-se o direito de verificar o cumprimento das condições fixadas no contrato.

2 — O adjudicatário faculta o acompanhamento dos serviços contratados a quem for para o efeito designado pela entidade adjudicante.

3 — O Adjudicatário fica obrigado a fornecer todo o tipo de dados referentes à prestação de serviços objeto do presente concurso, sempre que sejam solicitados pela entidade adjudicante.

Capítulo III

Penalizações Contratuais

Cláusula 23.ª

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Machico pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, em caso de incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos a produzir ao abrigo do contrato.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante por exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Machico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 24.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário nem é havida como incumprimento, a não

realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 25.^a

Responsabilidades

- 1 — O cocontratante responde perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
- 2 — Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
- 3 — Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
- 4 — Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 26.ª

Trabalhadores afetos à aquisição de serviços

O adjudicatário garante o cumprimento das regras estabelecidas no artigo 419º-A do CCP, relativas ao regime de contrato de trabalho aplicável aos trabalhadores afetos à presente aquisição de serviços.

Cláusula 27.ª

Caução

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução.

Cláusula 28.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

- 1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente as previstas no artigo 333º conjugado

com o artigo 448º do CCP.

2 — O direito de resolução referido no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas.

Cláusula 29.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na Lei, o adjudicatário pode resolver o contrato, no caso da entidade adjudicante não cumprir com a sua parte do contrato.

2 — O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º e 449º do CCP.

Capítulo IV

Disposições Finais

Cláusula 30.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, nem proceder à subcontratação nos termos do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 31.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3 — As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 32.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 33.^a**Gestor do Contrato**

- 1 — O contraente público deve designar um gestor do contrato nos termos do artigo 290.º – A, com a função de acompanhar permanentemente a execução do respetivo contrato. A identificação do gestor do contrato constitui parte integrante do contrato a celebrar conforme disposto na alínea i) do artigo 96º do CCP.
- 2 — Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, devem comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
- 3 — Caberá ao gestor de contrato a responsabilidade de controlar a execução financeira, técnica e material do contrato.
- 4 — O nome, e contactos do gestor de contrato do adjudicatário serão indicados no ofício Convite.
- 5 — A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do adjudicatário e, quando justificado, propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.
- 6 — O adjudicatário obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

Cláusula 34.^a**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 35.^a**Legislação aplicável**

Em tudo o não especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplicar-se-ão as correspondentes disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08, de

19 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação revista pela Lei 30/2021, de 21 de maio e decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, e subsidiariamente, a demais legislação subsidiária.

**PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS URGENTES, PARA ANIMAIS ABANDONADOS E ERRANTES DO
MUNICÍPIO DE MACHICO, EM REGIME DE CONTRATO CONTÍNUO**

CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO I

Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.ª

Objeto da prestação do serviço

O contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal assegurar a prestação de serviços continuados de assistência médica/enfermagem veterinária, aos animais abandonados e errantes do concelho de Machico, em regime de permanência 24 horas por dia, a qualquer dia da semana, incluindo feriados.

Cláusula 2.ª

Especificidades

- 1 — Com o presente procedimento pretende-se fixar os preços unitários dos serviços a adquirir.
- 2 — A prestação dos serviços é contínua, de acordo com as necessidades do Município de Machico, a contar da data da outorga do contrato atingindo o seu termo no dia 31/12/2024 ou até à extinção do valor.
- 3 — O valor base é uma estimativa, podendo o mesmo ser ou não requisitado, dependendo sempre das eventuais necessidades do Município.
- 4 — O preço é referente ao valor unitário dos serviços, sendo que o preço a faturar deve ser enviado previamente aos serviços responsáveis.
- 5 — Diariamente terá de enviar ao gestor de contrato um ficheiro que contenha todos os atos e produtos prestados nesse período por animal enviado.

6 — Nas situações não previstas nos preços unitários será enviado um orçamento ao gestor de contrato e só após a aprovação poderá ser prestado o serviço.

7 — As eventuais referências a marcas, de materiais, de produtos, de equipamentos ou Entidades Certificadoras são apresentadas a título meramente indicativo do nível de qualidade pretendido, devendo entender-se como associadas ao termo “ou equivalente”.

Cláusula 3.ª

Duração da prestação de serviços

O contrato terá duração até ao dia 31/12/2024 a contar da outorga do contrato ou até à extinção do valor, em regime continuado, de acordo com as necessidades do Município de Machico.

Cláusula 4.ª

Condições da prestação de serviços

1 — O Adjudicatário deverá possuir os requisitos exigíveis relativamente ao funcionamento dos Centros de Atendimento Médico Veterinário (CAMV) localizados na Ilha da Madeira.

2 — O Adjudicatário deverá ter licença de utilização camarária.

3 — O Adjudicatário deverá estar inserido no CAE 75000.

4 — O Adjudicatário deverá, caso necessário, solicitar serviços a outra empresa, por si contratada, somente após identificação da empresa em causa e mediante aprovação da entidade adjudicante.

Cláusula 5.ª

Requisitos técnicos

1 — O Adjudicatário deverá possuir serviço de urgência de segunda-feira a domingo, 24 horas por dia, incluindo feriados.

2 — O Adjudicatário deverá ter serviço de recobro, de segunda-feira a domingo, 24 horas por dia, incluindo feriados.

3 — O Adjudicatário deverá possuir sala de cirurgia e pessoal devidamente habilitado para a realização das mesmas.

4 — O Adjudicatário deverá ter disponível meio de transporte, para utilizar no transporte de animais de e para o Abrigo Municipal de Machico.

5 — O Adjudicatário deverá atender as chamadas de urgência provenientes dos Bombeiros Municipais de Machico, com respeito aos animais errantes do concelho de Machico, após o horário laboral da Câmara Municipal de Machico.

6 — O Adjudicatário deverá realizar eutanásias de acordo com a legislação em vigor.

7 — O Adjudicatário deverá realizar banhos e tosquiadas e ter pessoal habilitado para a realização das mesmas.

Cláusula 6.ª

Especificações da prestação

1 — Assim que identificada a ocorrência, o animal é socorrido e encaminhado para o local de execução de contrato, que deverá estar aberto/ao serviço 24 horas, todos os dias, incluindo feriados.

2 — O animal é recebido no local de execução do contrato, sendo efetuado o diagnóstico e realizados os procedimentos urgentes necessários, para salvaguardar a vida do animal e minimizar o seu sofrimento.

3 — Deverá ser elaborado um orçamento e reportado ao gestor de contrato para aprovação.

4 — Após o tratamento necessário e assim que se verificar conveniente o animal é recolhido pelos nossos serviços e encaminhado para o abrigo municipal.

5 — O adjudicatário deverá prestar todo o apoio necessário no bom tratamento e encaminhamento do animal, receitas, medicação, etc.

Cláusula 7.ª

Instalações

1 — As instalações do Adjudicatário devem cumprir com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 184/2009 de 11 de agosto.

2 — As instalações do Adjudicatário deverão ter uma área própria de segura devidamente reservada interdita ao público;

2 — O adjudicatário deverá constar da lista dos centros de atendimento médico-veterinário (CAMV) autorizados pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.

Cláusula 8.ª

Serviços a prestar

1 — O adjudicatário deve assegurar a prestação do serviço nas instalações do local de execução do contrato, com os seguintes períodos:

a) Todos os dias da semana, incluindo feriados, 24 horas.

2 — O adjudicatário obriga-se ao cumprimento dos seguintes deveres:

a) Conduzir os trabalhos em absoluta conformidade com os princípios da ética profissional zelo e competência e atuar de acordo com os princípios de funcionamento da Câmara Municipal de Machico, em termos técnicos, administrativos, éticos e deontológicos;

b) Informar de qualquer motivo imprevisto, incontornável ou de força maior que o impeça de cumprir a prestação do serviço, logo que dele tome conhecimento, deve ser de imediato comunicada por escrito ao serviço competente através do gestor de contrato, a este caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal da prestação de serviço;

c) Permanecer no local de prestação dos serviços até que esteja presente outro médico veterinário em condições de assumir a continuação da sua prestação;

d) Assegurar o respeito pelo bem-estar animal em todas as ações executadas, adequando os procedimentos implementados às características comportamentais do animal a intervencionar;

e) Assegurar que os procedimentos utilizados são adequados nos termos do conhecimento científico atual;

f) Assegurar que a execução de todas as ações clínicas e cirúrgicas são realizadas respeitando as normas legais em vigor.

3 — Manter um registo de todas as atividades clínicas efetuadas, assim como dos montantes cobrados.

Cláusula 8ª

Caracterização da prestação de serviços

O adjudicatário deverá proceder à execução dos seguintes serviços, não podendo ultrapassar os preços referidos, na proposta adjudicada:

SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS			
DESIGNAÇÃO		INTERVENÇÕES VETERINÁRIAS OU MEDICAÇÃO	PREÇO BASE UNITÁRIO
Artigo + Serviço		Cateter	3,28 €
		Sistema Soro (qualquer tipologia)	2,46 €
		Algalia Cão	10,71 €
		Algalia Gato	8,93 €
Castração (Inclui medicação pré-anestésica, anestésica, intra e pós-cirúrgica e acompanhamento pré e pós-cirúrgico.)	Canídeo	Fêmea < 10kg	54,92 €
		Fêmea 10kg - 20kg	63,12 €
		Fêmea 20kg - 30kg	74,60 €
		Fêmea >30kg	78,69 €
		Macho <10kg	47,55 €
		Macho 10kg - 20kg	54,92 €
		Macho 20kg - 30kg	66,40 €
		Macho >30kg	70,50 €
	Felídeo	Fêmea	54,92 €
		Macho	31,97 €
Colheitas (colheita de sangue + análise)		Bioquímicas (qualquer tipologia)	18,04 €
		Citologia	31,97 €
		Biopsia	70 €
		Hemograma	10,66 €

		Raspagem	19,68 €
Análise		Outras análises	10,66 €
		Análise TS4 + TSH	55,00 €
		Creatinina	4,92 €
		Ionograma	12,30 €
		Prova de tempos de coagulação (AP+APTT)	22,13 €
Consulta		Acompanhamento	8,20 €
		Clínica Geral	10,66 €
		Urgência	43,64 €
		Vacinal	4,92 €
Internamento	Fim-de-semana ou feriados	Cão < 10 kg	12,30 €
		Cão 10 kg-25 kg	18,04 €
		Cão > 25 kg	23,78 €
	Dia normal	Cão < 10 kg	6,56 €
		Cão 10 kg-25 kg	9,84 €
		Cão > 25 kg	16,40 €
	Fim-de-semana ou feriados	Felídeos	12,30 €
	Dia normal		6,56 €
	Dias consecutivos	Internamento p/observação Canídeo	8,00 €
		Internamento p/observação Felídeo	8,00 €
	Fim-de-semana ou feriados	Internamento longa duração Felídeo (igual ou superior a 7 dias) Felídeo biberão (bebé)	15,00 €
		Cuidados Intensivos	12,30 €

Exames complementares de diagnóstico	RaioX	1ª projeção	24,59 €
		Dupla projeção	32,79 €
		Tripla projeção	40,99 €
		Rx com contraste	70,00 €
	Testes rápidos	Teste rápido dirofilariose	11,40 €
		Teste rápido Fiv/ Felv	20,90 €
		Fastest Giardia	19,00 €
		Fastest Panleucopénia	24,00 €
		Fastest Leptospirose	30,33 €
		Fastest PIF	28,00 €
		Teste rápido parvovirose	30,33 €
	Outros	Ecografia	31,97 €
		Ecocardiografia	60,00 €
		Exame Neurológico	16,39 €
		Otoscopia com sedação	120,00 €
		Endoscopia c/ sedação	200,00 €
		Colonoscopia c/ sedação	180,00 €
		Rinoscopia c/ sedação	150,00 €
Medições		Medição de Pressão arterial	5,00 €
		Medição PIO (Pressão intraocular)	20,00 €
Pensos		Colocação de Tala (inclui tala e penso)	70,00 €
		Pensos (qualquer tamanho)	6,84 €
Limpeza		Limpeza ocular	5,00 €
		Limpeza de feridas	4,10 €

		Limpeza de ouvidos	8,20 €
Colar Isabelino		7,5 cm	4,92 €
		10 cm	5,73 €
		12,5 cm	6,56 €
		15 cm	8,20 €
		20 cm	9,84 €
		25 cm	10,66 €
		30 cm	11,47 €
		35 cm	12,29 €
		40 cm	13,11 €
Eutanásia (procedimento completo)		Eutanásia + injectável < 10 kg	38,10 €
		Eutanásia + injectável 10 kg - 25 kg	52,38 €
		Eutanásia + injectável > 30 kg	80,95 €
Banho		Banho	16,40 €
Banho + Tosquia		Banho + Tosquia	20,50 €
Nutrição	Ração	PPVD Húmido Cat Gastrointestinal Lata 195gr.	2,87 €
		PPVD Seco Cat Gastrointestinal 400gr.	7,79 €
		PPVD Seco Cat Gastrointestinal 4Kg.	44,02 €
		PPVD Seco Cat Gastrointestinal Kitten 2Kg.	28,81 €
		PPVD Seco Cat Gastrointestinal Lata 1.5kg.	12,87 €
		Rc Húmido Cat Gastrointestinal Kitten lata 195gr.	2,50 €
		Rc Húmido Cat Gastrointestinal	2,87 €

		lata 195gr.	
	Leite de substituição	Rc Baby Cat Milk 300gr.	23,36 €
		Rc Baby Dog Milk 400gr.	22,13 €
		Milbactor gatinhos	3,33 €
		Milbactor gato	6,19 €
		Milbemax cão pequeno	4,29 €
		Milbemax gatinhos	3,33 €
		Milbemax gato	6,19 €
		Nexgard cão (10-25kg)	10,95 €
		Nexgard cão (2-4kg)	9,24 €
		Nexgard cão (4-10kg)	9,90 €
		Nexgard combo gato (<2.5kg)	10,48 €
		Nexgard combo gato (2.5-7.5kg)	12,38 €
		Nexgard spectra (2-3.5kg)	11,14 €
		Nexgard spectra (3.5-7.5kg)	13,81 €
		Nexgard spectra (7.5-15kg)	13,52 €
		Stronghold spot-on cães/gatos 2.5kg (cx)	8,10 €
		Vectra cão 3d (10-25 kg)	9,43 €
		Vectra cão 3d (4-10 kg)	8,76 €
		Zikyall	3,33 €
		Zikyall xl	7,14 €
		Bravecto cão 2-4Kg p/comprimido	22,00 €
		Bravecto cão 4,5-10Kg p/comprimido	23,00 €
		Bravecto cão 10-20 Kg p/comprimido	25,00 €

	Bravecto Cão 20-40Kg p/comprimido	26,00 €
	Bravecto cão 40-56Kg p/comprimido	31,00 €
	Bravecto gato Spot-on 1,2-2,8Kg p/ampola	19,67 €
	Bravecto gato Spot-on 2,8-6,25Kg p/ampola	20,49 €
	Bravecto gato Spot-on 6-25- 12,5Kg p/ampola	21,31 €
	Bravecto gato Plus 1,2-2,8Kg p/ampola	23,00 €
	Bravecto gato Plus 2,8-6,25Kg p/ampola	21,60 €
	Bravecto gato plus 6,25-12,50Kg p/ampola	23,40 €
Medicação	Anti-inflamatório (ao ml)	2,46 €
	Anti-inflamatório (ao comprimido)	3,33€
	Analgésico (ao ml)	2,46 €
	Analgésico (ao Comprimido)	3,33€
	Antibiótico (ao ml)	1,64 €
	Antibiótico (ao comprimido)	2,46€
	Isoflurano	1,90 €
	Omnicondro (Comprimido)	0,66 €
	Omnioomega (Ampola)	0,45 €
	Omnioomega (Comprimido)	0,33 €
	Meloxidyl oral cães 1.5mg/ml - (fr.10ml)	12,38 €

	Meloxidyl oral gatos 0.5mg/ml - (fr.15ml)	21,90 €
	Meloxidyl oral gatos 0.5mg/ml - solução oral (fr.5ml)	10,95 €
	Pomada Omnimatrix 20g	9,84 €
	Medicação outros produtos	9,00 €
Anestesia / Sedação / Tranquilização	Animais < 5 kg	20,00 €
	Animais > 5 kg - 10 kg	25,00 €
	Animais > 10 kg - 20 kg	30,00 €
	Animais > 20 kg - 30kg	40,00 €
	Animais < 30 kg	45,00 €
Outros	Soro (1 litro)	9,52 €
	Microship	10,49 €
	Boletim de vacinas	4,10 €
	Registo informático SIAC	4,92 €